



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 24, v. 1  
jan.-dez. 2026  
p. 133-167

# Trajetórias de parentalidade: invenções e desobediências de pessoas trans e não binárias

*(Parenthood pathways: inventions and disobediences of trans and non-binary people)*

*(Trayectorias de parentalidad: invenciones y desobediencias de personas trans y no binarias)*

Eduarda Duarte Meireles<sup>1</sup>

Euge Stumm<sup>2</sup>

Daniela Centenaro Levandowski<sup>3</sup>

**RESUMO:** A parentalidade, embora amplamente estudada, ainda é lida por um modelo normativo que não abarca a complexidade das práticas de cuidado. As experiências de pessoas trans e não binárias, em geral invisibilizadas, expõem essa insuficiência. Este estudo qualitativo, transversal e retrospectivo investigou as trajetórias de duas mulheres trans e uma pessoa não binária no exercício da parentalidade, examinando singularidades, barreiras e estratégias acionadas em contextos de exclusão familiar, vulnerabilidade econômica e precariedade institucional. A análise mostrou que o cuidado não é o cumprimento de um papel predefinido, mas um processo inventivo e relacional, pautado por negociações, improvisos e alianças instáveis. Tais experiências revelam que toda parentalidade é performativa e permeável a fissuras e desvios. Os resultados apontam a necessidade de políticas inclusivas, formação de profissionais de saúde e redes de apoio que legitimem estas muitas formas de fazer família.

**PALAVRAS-CHAVE:** pessoas transgênero; pessoas não binárias; parentalidade; humanização da assistência.

**Abstract:** Parenting, though widely studied, is still read through a normative model that fails to encompass the complexity running through care practices. The experiences of trans and non-binary people, often invisible, expose this inadequacy. This qualitative, cross-sectional, retrospective study investigated the trajectories of two trans women and one non-binary person in the practice of parenting, examining singularities, barriers, and strategies deployed in contexts of family exclusion, economic vulnerability, and precarious institutional settings. The analysis showed that care is not the enactment of a predefined role, but an inventive and relational process, based on negotiations, improvisations and unstable alliances. Such experiences reveal that all parenting is performative and permeable to fissures and deviations. The findings point to the need for inclusive policies, continuing education of healthcare professionals, and support networks that legitimize these many ways of doing family.

**Keywords:** transgender people, non-binary people, parenthood, humanization of assistance.

**Resumen:** La parentalidad, aunque muy estudiada, sigue leída desde un modelo normativo que no logra abarcar la complejidad de las prácticas de cuidado. Las experiencias de personas trans y no binarias, invisibilizadas, exponen esta insuficiencia. Este estudio cualitativo, transversal y retrospectivo investigó las trayectorias de dos mujeres trans y una persona no binaria en el ejercicio de la parentalidad, examinando singularidades, barreras y estrategias desplegadas en contextos de exclusión familiar, vulnerabilidad económica e instituciones precarias. El análisis mostró que el cuidado no es cumplir un rol predefinido, sino un proceso inventivo y relacional, basado en negociaciones, improvisaciones y alianzas inestables. Dichas experiencias revelan que toda parentalidad es performativa y permeable a fisuras y desvíos. Los resultados señalan la necesidad de políticas inclusivas, formación de profesionales de la salud y redes de apoyo que legitimen estas múltiples formas de hacer familia.

**Palabras clave:** personas transgénero, personas no binarias, parentalidad, humanización de la atención.

<sup>1</sup> Psicóloga pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Membro associada da Sigmund Freud Associação Psicanalítica. E-mail: eduardadmeireles@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorando em Estudos Literários, Culturais e Linguísticos na Universidade de Miami. Possui mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bacharelado em Psicologia pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. E-mail: estumm@miami.edu

<sup>3</sup> Psicóloga, mestre e doutora em Psicologia do Desenvolvimento (UFRGS), com pós-doutorado em Psicologia (PUCRS) e em Saúde Mental Perinatal (City University of London). Professora associada, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia e em Ciências da Saúde, UFCSPA. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Coordenadora do NEEDS UFCSPA (Núcleo de Estudos em Desenvolvimento e Saúde). E-mail: danielal@ufcspa.edu.br



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 11/06/2024

Aceito em 13/10/2025

Em trilhas de vida, múltiplas e únicas, o coração tece histórias, como finas tênues luvas.  
Parentalidade, dança de amor e desafio, em cada verso, um eco, um laço no fio (Eduarda  
Duarte Meireles).

## 1 Introdução

A parentalidade, embora amplamente estudada, permanece um campo epistemologicamente marcado por uma perspectiva assimilacionista (Duggan, 2002). Ou seja, a literatura majoritária produzida até aqui indica uma reprodução de um olhar cis e heteronormativo, que impõe limites rígidos ao que pode ou não ser reconhecido como uma experiência legítima de cuidado parental. O assimilacionismo carrega um problema epistemológico: restringe as possibilidades de se produzir conhecimento, e, por consequência, reforça uma lógica disciplinar que controla os modos de se relacionar.

O assimilacionismo pode ser compreendido em diálogo com o conceito de homonormatividade (Duggan, 2002; Stryker, 2008), que descreve o modo como determinadas formações *gays* e lésbicas buscaram inclusão em instituições heterossexistas sem questionar suas estruturas. Como observa Stryker (2008), essa lógica homonormativa também produziu exclusões internas, relegando pessoas trans e não binárias a uma posição marginal e solitária, mesmo dentro das políticas *queer*. Ao aproximar essa discussão da parentalidade, torna-se possível perceber como a insistência em enquadrar a função parental em categorias binárias – pai-homem-cis e mãe-mulher-cis – é efeito de um regime normativo, que opera de modo semelhante, promovendo assimilação em vez de ruptura. Porém, é nesse colapso da norma binária que, como sugere Preciado (2011), podem emergir estratégias desobedientes e a proliferação de diferenças, abrindo caminho para novas formas de existir – e, no caso da parentalidade, de cuidado e parentesco.

[...] por oposição às políticas ‘feministas’ ou ‘homossexuais’, a política da multidão *queer* não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como ‘normais’ ou ‘anormais’: são os drag kings, as gouines garous, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientesciborgues... O que está em jogo é como resistir ou como desviar das formas de subjetivação sexopolíticas (Preciado, 2011, p. 16).

Se, para Preciado, a política da multidão *queer* emerge da recusa às categorias fixas de identidade, Gargallo (2020) nos lembra que, na América Latina, a desidentificação pura pode implicar um risco de despolitização. Aqui, identidades como “lésbica”, “travesti”, “trans” ou “indígena” não são apenas classificações normativas, mas recursos de luta contra regimes coloniais, racistas e patriarcais. Aplicado à parentalidade, isso significa reconhecer que, ao mesmo tempo em que a função parental escapa ao binarismo pai/mãe, ela também se ancora em estratégias identitárias situadas, que asseguram reconhecimento social, acesso a direitos e redes de apoio. A análise da



parentalidade dissidente, portanto, precisa articular essas duas dimensões: a potência de imaginar parentescos não normativos, tal como sugere Preciado, e a necessidade de considerar o terreno concreto em que tais experiências se inscrevem, marcado por exclusão material e simbólica, como indica Gargallo. O que emerge desse cruzamento é uma concepção de parentalidade que não é apenas inventiva, mas também situada e atravessada por desigualdades locais e, ao mesmo tempo, aberta a alianças transnacionais que complexificam o próprio sentido de cuidado e filiação.

Ainda que haja crescente produção sobre parentalidade em configurações familiares dissidentes, a literatura majoritária segue limitada. Pesquisas passaram a contemplar as homoparentalidades (Blankenheim; Oliveira-Menegotto; Silva, 2018; Machin, 2016; Souza, 2013), mas, como já apontava Zambrano (2006), essa categoria mostra-se insuficiente para abarcar as experiências de pessoas trans e não binárias. Alguns autores propuseram terminologias específicas (Angonese; Lago, 2017; Pinho; Rodrigues; Nogueira, 2020), como a da transparentalidade, ainda que a própria nomeação revele impasses. No caso de pessoas não binárias, como evidenciam as narrativas analisadas por Fischer (2020), a parentalidade se constitui em meio a tensões que não cabem em taxonomias fixas: a vivência gestacional, os arranjos de cuidado e as designações parentais mostram como o predomínio da matriz binária precisa, necessariamente, ser contestado para que se possa seguir existindo em meio à dissidência.

A literatura também aponta outros desafios das experiências parentais de pessoas trans e não binárias, permeados pela violência: estigma social, discriminação, medo da perda da custódia, falta de reconhecimento legal e de apoio médico ou psicológico (Besse; Lampe; Mann, 2020; Hafford-Letchfield *et al.*, 2019; Pereira *et al.*, 2022; Souza *et al.*, 2022). No contexto brasileiro, destacam-se ainda relatos de despreparo profissional para o atendimento em saúde reprodutiva e planejamento familiar (Angonese; Lago, 2017; Fischer, 2020). A pressuposição de esterilidade ou de incapacidade parental, como analisado por Angonese e Lago (2017), reforça esse quadro de exclusão. Frequentemente, essas barreiras produzem situações de sofrimento específico, como apontam Chinazzo e demais autores (2021) ao analisarem experiências de gestação de pessoas trans, atravessadas por angústias relacionadas à passabilidade e à violência normativa vinculada à maternidade.

É diante desse cenário que este estudo se propõe a tensionar os conceitos de parentalidade. Mais do que nomear novas categorias, interessa aqui pensar como as experiências de pessoas trans e não binárias desestabilizam os regimes normativos de filiação e abrem espaço para modos desobedientes de parentesco. O objetivo é fazer ecoar modos desobedientes de construir parentesco, tensionando as formas normativas de filiação e revelando os limites e elasticidades da parentalidade.



A desobediência de gênero, compreendida a partir de Oliveira (2017) e Mombaça (2021), orienta a escrita: para além da resistência individual, trata-se de um gesto coletivo e interseccional que busca mais abrir espaço para existências dissidentes.

Nesse sentido, é fecundo também retomar a distinção proposta por Butler (2004) entre performance e performatividade. Enquanto a performance supõe um sujeito previamente constituído, a performatividade desloca essa noção, ao afirmar que o sujeito é efeito das práticas e discursos reiterados que o produzem ao longo do tempo. Pode, então, a parentalidade ser compreendida não como identidade fixa, mas como processo retroativo e aberto a deslocamentos, nos moldes da performatividade proposta por Butler? Essa questão se articula a outra, igualmente central: é necessário adequar-se a uma ideia normativa de parentalidade para ser reconhecido como parente e/ou pessoa cuidadora?

Essas perguntas se tornam cruciais diante do modo como pessoas trans e não binárias são frequentemente acusadas de “fracassar”: fracassar em corresponder às expectativas de gênero, em manter laços familiares segundo normas hegemônicas, em exercer a parentalidade dentro dos moldes cisheteronormativos. Esse rótulo de fracasso, atribuído a partir de uma matriz de reconhecimento excludente, opera como forma de controle social. A leitura de Halberstam (2011, p. 3, tradução nossa)<sup>4</sup>, entretanto, permite deslocar essa noção: “[...] o fracasso nos permite escapar das normas punitivas que disciplinam o comportamento e gerenciam o desenvolvimento humano com o objetivo de nos conduzir de infâncias indomadas para adultezes ordenadas e previsíveis”. Então, o fracasso não é falha individual, mas recusa às trajetórias lineares impostas pelo regime normativo.

Transposta para a parentalidade, essa leitura demarca que não são as experiências de pessoas trans e não binárias que fracassam, mas a própria parentalidade normativa é que se mostra incapaz de acolher tais existências. O fracasso, nesse sentido, opera como denúncia da insuficiência da norma e, simultaneamente, como possibilidade inventiva de outros modos de parentesco. Pode-se compreender que a redução normativa que associa “pai” ao homem cis e “mãe” à mulher cis não é natural, mas um efeito do próprio regime heterocisnormativo. Quando essa lógica binária entra em colapso, o que se abre não é um vazio, mas a possibilidade de estratégias desobedientes, que inventam outras formas de cuidado e parentesco.

O fracasso das instituições em garantir a inclusão de pessoas trans e não binárias não se restringe ao campo familiar: ele se expande e se materializa nas políticas públicas e nos sistemas

4 No original: “[...] failure allows us to escape the punishing norms that discipline behavior and manage human development with the goal of delivering us from unruly childhoods to orderly and predictable adulthood”.



de saúde. Revisões recentes mostram que a assistência permanece atravessada por práticas de patologização, resistências ao uso do nome social, centralização de serviços especializados e ausência de preparo profissional (Oliveira; Sprung, 2022; Santos *et al.*, 2025). Esses obstáculos não são falhas pontuais, mas efeitos de um regime normativo que estrutura as formas de cuidado e organiza os limites do que é reconhecido como vida digna de ser cuidada. É precisamente diante dessa exclusão reiterada que a pesquisa com pessoas trans e não binárias se afirma como gesto desobediente: deslocar o monopólio epistêmico cisnormativo e abrir espaço para modos de narrar e teorizar que emergem das próprias experiências dissidentes.

Diante do panorama traçado, este estudo se propõe a investigar as trajetórias de parentalidade de pessoas trans e não binárias no Brasil a partir de uma perspectiva que conjuga crítica epistemológica e enraizamento empírico. A partir da literatura existente, reconhecemos as lacunas e insuficiências no tratamento de experiências dissidentes; a partir do arcabouço teórico, mobilizamos os conceitos de assimilacionismo, homonormatividade, performatividade e fracasso para tensionar as fronteiras do que pode ser reconhecido como parentalidade. O gesto que orienta este trabalho é o da desobediência: não simplesmente recusar categorias normativas, mas produzir conhecimento em aliança com os modos dissidentes de cuidado e parentesco.

## 2 Ferramenta metodológica

As opções metodológicas adotadas neste estudo foram orientadas pela natureza do fenômeno investigado, isto é, experiências de parentalidade em contextos de dissidência de gênero, que demandou abordagens capazes de contemplar singularidade, complexidade e dimensão processual. Os elementos que compõem essa ferramenta são apresentados a seguir: delineamento, participantes, instrumentos, procedimentos de coleta, análise dos dados e considerações éticas.

### 2.1 Delineamento

Trata-se de um estudo de casos múltiplos (Yin, 2010), qualitativo, de caráter transversal e retrospectivo. Essa escolha metodológica se mostrou coerente diante do objetivo de contemplar as singularidades presentes nas experiências investigadas, assumindo que não há uma norma vigente ou universal aplicável, especialmente em contextos de pessoas dissidentes. Assim, o delineamento permitiu aprofundar a compreensão de fenômenos complexos a partir da análise de diferentes perspectivas e contextos individuais, valorizando a multiplicidade e a diversidade das trajetórias.



## 2.2 Participantes

Participaram do estudo duas pessoas trans e uma pessoa não binária, com idades entre 28 e 62 anos, residentes no Brasil e que exercem a parentalidade. A idade dos filhos variou de 4 a 35 anos. Os nomes e alguns dados sociodemográficos foram alterados, visando manter o anonimato e preservar a identidade das pessoas participantes, embora evitando o comprometimento substancial da compreensão de cada caso.

A seleção das pessoas participantes foi realizada por conveniência, a partir da divulgação do estudo de forma *on-line* – publicação de convite no perfil das autoras e do Núcleo de Estudos em Desenvolvimento e Saúde (NEEDS) da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) no Facebook e Instagram – e presencial – distribuição da versão impressa do convite em murais de universidades e serviços de saúde. Como critérios de inclusão constavam: identificar-se como pessoa trans e/ou não binária, exercer a parentalidade e ter 18 anos ou mais de idade. Os critérios de exclusão incluíram: dificuldade em compreender ou responder aos questionários devido a barreiras linguísticas ou cognitivas, condições médicas ou de saúde mental que pudessem afetar a participação ou a compreensão dos resultados, e/ou não residir no Brasil.

## 2.3 Instrumentos

A coleta de dados baseou-se na aplicação de uma ficha de dados pessoais e na realização de uma entrevista – entrevista sobre a parentalidade exercida por pessoas trans e não binárias. Ambos os instrumentos foram construídos pelas pessoas autoras do presente estudo. A ficha objetivou caracterizar os casos analisados. Nela foram solicitadas informações tais como *e-mail* para contato, idade, cidade de residência, profissão, escolaridade, religião, descrição da identidade de gênero e da orientação sexual, histórico de procedimentos realizados que se relacionam com o processo transexualizador e de identificação da identidade de gênero, condições de moradia, estado civil, número de filhos, etc. Todas as respostas foram opcionais, visando o conforto das pessoas participantes e considerando o caráter sensível de alguns questionamentos.

Já a entrevista foi organizada a partir de um roteiro semiestruturado, contendo perguntas abertas e semiabertas referentes à decisão de exercer e concretizar a parentalidade e à experiência da parentalidade desde então. O roteiro foi organizado de forma a contemplar três eixos temáticos: “Iniciando a trajetória de parentalidade”, “Particularidades da parentalidade além lógica binária” e “Desafios do exercício da parentalidade”, contendo perguntas como: “Queria que você me contasse um pouco sobre como se tornou pai, mãe, cuidador/e/a parente” e “Você acha a identidade de gênero importante para a parentalidade?”. Pelo caráter da entrevista, algumas perguntas adicionais





foram realizadas no momento do encontro, com o intuito de aprofundar os temas abordados pelas pessoas participantes em seus relatos.

## 2.4 Procedimentos de coleta de dados

A coleta iniciou-se em maio de 2023, após a aprovação do estudo pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFCSPA, sob o parecer de número 6.045.472, e estendeu-se até setembro do mesmo ano. As pessoas que se interessaram em participar do estudo, a partir da divulgação *on-line* ou presencial, entraram em contato através do telefone ou *e-mail* da primeira autora, que, na sequência, enviou um *link* do Google Forms para o acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Diante da aceitação da participação no estudo, posteriormente uma via eletrônica do TCLE foi enviada às pessoas participantes por *e-mail*. No caso do consentimento com a participação, um formulário contendo uma ficha de dados pessoais era disponibilizado.

Após a finalização do preenchimento da ficha, era realizada, pela primeira autora, a conferência dos critérios de inclusão e exclusão. Após isso, um novo contato para o agendamento da entrevista individual *on-line* com as potenciais pessoas participantes era realizado. As entrevistas ocorreram via Plataforma Google Meet, com duração aproximada de 60 minutos, tendo sido audiogravadas mediante autorização.

Antes da coleta de dados, foi realizado um estudo piloto com uma pessoa tran para verificar a logística – tempo necessário para o preenchimento de instrumentos e realização da entrevista, bem como adequação dos instrumentos e dos meios para a coleta de informações relevantes ao propósito do estudo. A partir do *feedback* recebido desta pessoa e da análise das autoras, não foram necessárias modificações na quantidade, na ordem e no conteúdo dos instrumentos e nem na logística de coleta, dando-se prosseguimento à coleta de dados. Ao final das entrevistas foi realizada a transcrição de cada uma para posterior análise.

## 2.5 Análise de dados

A análise dos dados foi realizada segundo as orientações de Yin (2010), que descreve o método de estudo de casos múltiplos como propício para fins comparativos, visando à análise de unidades sociais convergentes e à lógica da replicação. A escolha desse método se justifica por se tratar de populações que sofrem com a invisibilização social e estigma, bem como com uma exclusão sistemática de políticas públicas. Portanto, a análise profunda de cada caso buscou contemplar, em alguma medida, as particularidades que tocam à população trans e não binária.

Robert K. Yin (2010) prevê os seguintes passos para a realização da análise de dados de



casos múltiplos, adotados no presente estudo: preparação dos dados, análise interna de cada caso, análise comparativa entre casos e interpretação dos resultados. Assim, após a transcrição literal das entrevistas, foi realizada uma análise individual de cada relato e, na sequência, uma comparação geral dos dados sociodemográficos e da entrevista de cada pessoa participante. Na análise interna dos casos foi utilizada a estratégia de proposições teóricas, considerando os objetivos do estudo e a literatura existente na área (Yin, 2010). Posteriormente, os casos foram comparados entre si visando ampliar a compreensão do fenômeno em estudo a partir da identificação de padrões e tendências comuns, bem como diferenças entre eles, de acordo com a estratégia de síntese de casos cruzados (Yin, 2010).

## 2.6 Considerações éticas

Foram adotados os preceitos éticos das resoluções 466, de 12 de dezembro de 2012, e 510, de 7 de abril de 2016 (Brasil, 2016) em todas as etapas do estudo. Em função da utilização de ambientes digitais na pesquisa, as diretrizes do Ofício Circular nº 2/2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), vinculada à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde (SECNS), que faz parte do Ministério da Saúde (MS), também foram seguidas (Brasil, 2021). Foram adotadas ainda as diretrizes preconizadas na Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados (Brasil, 2018).

A partir do *link* de acesso ao estudo, as pessoas participantes visualizaram o TCLE e registraram o seu consentimento de forma digital após a leitura, assinalando a opção de concordância ou não com a participação. Somente após a concordância foram disponibilizados os instrumentos – ficha de dados pessoais e entrevista. Ao final da entrevista, realizada pela primeira autora, oferecia-se uma possibilidade de acolhimento para quem necessitasse. As entrevistas foram registradas apenas em áudio, tendo sido transcritas pela primeira autora (entrevistadora) e posteriormente analisadas por ela. Todo o material está armazenado nas dependências da UFCSPA.

## 3 Resultados

A seguir serão apresentados os relatos dos três casos analisados, com base nas informações fornecidas pelas pessoas participantes, organizados em temas estruturantes que emergiram a partir da leitura das entrevistas. São eles: história de vida pessoal, ingresso no exercício parental, relações intrafamiliares, intersecções entre parentalidade e gênero, e contato com serviços de saúde. Na sequência, encontra-se a discussão, organizada a partir da análise individual (interna) dos casos e da análise comparativa entre os casos – síntese de casos cruzados.





### 3.1 Marion

Marion é uma mulher trans de 65 anos à época do estudo, que tem se engajado nos processos de afirmação de gênero ao longo dos últimos seis anos. Marion é pai de dois filhos – de 35 e 28 anos. Ela tem acompanhado a vida do filho mais novo desde o nascimento. Quanto ao filho mais velho, Marion só teve a oportunidade de conhecê-lo quando tinha 63 anos, momento que descreveu como sensível e emocionante. Quanto ao desejo pela parentalidade e ao exercício da função paterna, Marion relatou nunca ter aspirado à paternidade no passado, pois não se reconhecia na figura masculina tradicionalmente associada a esse papel. Essa distância entre a própria identidade e o modelo normativo de pai, ancorado em expectativas de masculinidade, parecia, à época, inviabilizar a possibilidade de se imaginar nesse lugar. Paradoxalmente, Marion afirmou sentir-se mais pai após a afirmação de gênero do que quando era socialmente reconhecida como homem, evidenciando que o vínculo com a paternidade não depende, necessariamente, de uma adesão ao masculino normativo: “[...] não, eu nunca quis ser pai, porque eu não me via como figura masculina paterna. Talvez seja isso. Hoje eu me vejo mais como pai do que quando eu era homem, né? Mas eu não consigo desvincular da figura. Eu não consigo me ver como mãe, tá?”.

Quanto à sua trajetória de afirmação de gênero, Marion descreveu um percurso atravessado por questões etárias, familiares e amorosas. Acrescentou que sua infância foi marcada por um contexto de machismo e por represálias dirigidas tanto à experimentação sexual quanto à expressão por meio da aparência e das vestimentas femininas. Relatou ter vivido uma adolescência permeada por dúvidas acerca da sexualidade e, aos 60 anos, por meio de um processo psicoterapêutico, compreendeu que o sentimento persistente de não pertencimento estava ligado, sobretudo, à sua identidade de gênero.

Antes de se identificar como mulher trans, relatou breves relacionamentos com mulheres cis, que associou à tentativa de encaixar-se em um funcionamento cisheteronormativo. De sua primeira relação, estabelecida durante a adolescência, nasceu o primeiro filho, que só veio a conhecer aos 58 anos. Contou que, durante essa gravidez, houve um desentendimento quanto ao registro de sua paternidade, decorrente de conflitos no relacionamento com a mãe da criança, o que resultou na recusa desta em permitir que Marion fosse registrada como pai “[...] na época não existia DNA. E que que fazia? Entrava com uma ação e levava uma testemunha. A testemunha ia convencer o juiz. Se convenceu, tu era pai, se não, não. [...] Eu perdi”.

Durante a pandemia de covid-19, Marion, assistindo a uma reportagem na televisão, identificou por acaso a mãe de seu filho. Através de buscas nas redes sociais, entrou em contato com a mulher e, posteriormente, com o próprio filho. Segundo Marion, a relação entre as duas



sempre foi conturbada, principalmente pela constante discriminação perante a sua identidade de gênero.

*[...] parecia que não tinha passado 40 anos [que elas não se encontravam], [ela se comportou] do mesmo jeito que ela me tratava. Ela tentou me tratar, até que chegou no terceiro dia [de convivência] ... ela começou a me xingar de 'arrombado', 'bicha louca', essas coisas. Ai eu tava entrando num terreno perigoso, falei: 'tô te bloqueando'.*

Mesmo com essa dificuldade de comunicação com a ex-parceira devido às agressões sofridas, Marion decidiu contatar o filho. Através das redes sociais, marcaram um encontro em que puderam conversar presencialmente sobre suas histórias de vida e como o relacionamento entre pai e filho poderia funcionar a partir daquele momento. Na ocasião, ela relatou ter conseguido conhecer melhor a trajetória de vida do filho e aproximar-se de sua história.

*[...] e lá pelas tantas, ele se fragou que eu era quem eu era. Ele perguntou: 'tu é o [nome morto<sup>5</sup>]? Eu digo: 'não, já fui... agora eu sou a Marion. Mas sim, eu sou teu pai'. E aí ele disse: 'ah, mas eu não preciso de pai de novo' [...] Ai eu olhei para ele e disse: 'realmente, eu não posso fazer nada. [...] Seria muito idiotice da minha parte querer que você me chame de papai, né? Não é isso que eu quero. Eu quero te dar referência. [...] Família. Vó, vô, tio, uma história, fotos. Porque qualquer coisa que tu possa usar como teu passado, já que a tua mãe tu rejeitou, ou ela te rejeitou, sei lá'.*

Depois da relação na qual o primeiro filho foi gerado, Marion casou-se com uma mulher com quem se relacionou por algum tempo. Como fruto dessa relação, nasceu o seu segundo filho. Com ele, Marion estabeleceu uma relação mais próxima, o tendo criado desde o início da vida enquanto pai. Contudo, em relação ao segundo filho, Marion apontou se sentir ausente como cuidadora:

*[...] ele é um filho que eu fui muito, muito ausente como pai. [...] Sei lá, de querer me afastar, pelo fato do meu próprio problema de identidade, de não me identificar como homem. Nunca levei num jogo de futebol, por exemplo. Não gosto de futebol, ia levar pra quê no futebol? Eu não deixava dar arma de presente, aquela coisa masculina...*

Embora Marion identifique-se como pai, também relatou desempenhar funções tradicionalmente associadas à maternidade. Ela referiu ter construído a sua prática parental com base no que lhe fazia sentido como cuidadora, levando em consideração a sua própria trajetória:

*[...] mas o fato é que eu sempre fui uma pessoa extremamente materna. Eu gosto de fazer comida, eu gosto de levar comida pros meus filhos, eu gosto de ajudá-los nas coisas, eu gosto de participar do que eles estão falando. Gosto que eles me falem das namoradas.*

5 Termo usado para fazer referência ao antigo nome de registro de uma pessoa trans após mudança de nome (Sinclair-Palm; Chokly, 2023).



Marion revelou que a construção de um fazer singular, situado para além das fronteiras pré-estabelecidas entre funções maternas e paternas, foi o único modo a partir do qual conseguiu encontrar algum conforto. Ao integrar práticas associadas a ambos os papéis, ela articulou cuidado, presença e afeto de maneira própria, moldada também por sua trajetória de vida.

Nessa jornada de descobertas do fazer parental, a experiência de ser avó entrelaçou-se na narrativa de Marion, porque seu filho mais velho estava prestes a se tornar pai no momento da coleta de dados. Ela relatou que a chegada dessa criança, em um momento em que já vivia reconhecida como mulher, possibilitou-lhe estabelecer uma conexão mais imediata com esse novo lugar familiar, ressignificando-o a partir de sua própria trajetória e experiências de gênero.

*Eu me sinto vó, mas eu não me sinto mãe. Do [neto] eu me sinto vó. Já me sinto vó, né? E que eu não consigo ser como os dois. Talvez porque, na época em que foram gerados, o gênero tava errado. Mas eu me sinto, vó. Tanto que não me chama de vó. Me chama de vovó.*

A entrevistada descreveu que, em relação à sua identidade de gênero, seus filhos não demonstraram qualquer forma de discriminação, o que fez com que Marion experimentasse uma sensação de inclusão:

*Eles me veem hoje como mulher. Não conseguem enxergar o [nome morto]. Nem o [filho mais novo] que conviveu mais com o [nome morto] do que o [filho mais velho], [Filho mais velho] me vê como mulher desde o início, tanto que nós fomos num show [...] e eu entrei como mulher lá. Recebi uma fitinha lá identificando como mulher. Vou em banheiro feminino, tudo, sem problema nenhum. E com o [filho mais novo] achei que talvez tivesse alguma dificuldade, mas não, ele abraçou a Marion, e me abraçou de uma forma muito intensa.*

Essa percepção pareceu ser inédita, uma vez que seus outros familiares nunca manifestaram algo semelhante: “[...] três irmãos meus [...] se juntaram e me expulsaram da casa com a roupa do corpo. Não falaram abertamente. Acredito muito por preconceito mesmo”.

Sobre o exercício parental, Marion pareceu ter descoberto a possibilidade de “fazer diferente” do que fizeram com ela, no sentido de proporcionar uma criação e um contato parental que foge de normas preestabelecidas e que pode incentivar a liberdade de expressão:

*Mas não, nunca, nunca forcei muito a barra na questão de gênero, mas participava de tudo, tudo com ele [filho mais novo]. Deixei ele ter liberdade, coisa que eu não tive por causa, principalmente, dos meus irmãos. Então ele queria fazer dança, ele fez dança [...]. E eu vejo a diferença nele.*

Marion recordou um período em que a possibilidade de expressar-se de acordo com sua identidade de gênero era acompanhada por um temor intenso de perdas afetivas e sociais. Vestir roupas femininas, deixar o cabelo crescer ou usar maquiagem pareciam, à época, ameaçar a



manutenção de relacionamentos amorosos, amizades e até o casamento. Além disso, ela temia que essas expressões influenciassem negativamente o comportamento dos filhos. Ao revisitar essa experiência, porém, reconheceu que tais receios eram infundados, ressignificando-os como fruto de pressões normativas e preconceitos internalizados: “*eu falava em botar roupa de mulher, falava em deixar o cabelo crescer, falava em fazer maquiagem, era perder o namoro, perder a amizade, perder o casamento. E eu tinha medo que isso influenciasse meus filhos no comportamento. Hoje eu vejo que é bobagem, né?*”.

Frente a uma história de vida marcada por exclusões familiares que levaram à vulnerabilidade econômica, Marion relatou já ter tido duas tentativas de suicídio. Em meio a essas dificuldades, indicou o amparo e o acolhimento proporcionados pelos filhos, ressaltando que foram eles que, muitas vezes, lhe ofereceram razões concretas para permanecer viva e seguir reconstruindo seu lugar no mundo.

Em certo momento da sua trajetória, Marion passou por uma orquiectomia (retirada dos testículos), para a qual teve contato com diversos profissionais da saúde. A equipe médica lhe ofereceu, durante as consultas endocrinológicas, a possibilidade de congelar sêmen, a fim de garantir a possibilidade de planejamento familiar, caso desejasse. Além disso, afirmou ter tido um bom tratamento no decorrer desses atendimentos, relacionado ao respeito frente à existência de um planejamento reprodutivo: “*todos [os profissionais] abordam [o planejamento reprodutivo], o urologista, o psicólogo. Sempre tá perguntando isso aqui também [...] Isso, o trato muito... vamos dizer assim, muito mais avançado do que eu imaginava que seria*”. Nesse sentido, em relação aos serviços de saúde, a queixa principal de Marion relacionou-se à sua idade como um aspecto usado para ordenar os atendimentos em relação aos processos transexualizadores:

*[o atendimento] ainda está muito preso a entidades políticas do qual eu não faço parte. Então eu nunca vou conseguir ficar na frente da fila. Estou sempre atrás. E outra.... Hoje mesmo, lá no [hospital], é pessoas de 18 a 20 anos, não senhoras e senhoras de 60 anos. A gente sempre vai pro final da fila pra qualquer coisa.*

Mesmo assim, Marion relatou que, no momento da entrevista, sentia-se satisfeita consigo e com a história traçada até aquele momento enquanto pai e mulher trans: “*aquele menininho que nasceu lá em 1964, que era menininho porque papai do céu errou na hora de colocar na fôrma lá, botou na fôrma errada, cara, ele poderia ser mais feliz? Poderia. Mas ela tá sendo feliz agora*”.

### 3.2 Fran

Fran é uma pessoa não binária de 24 anos à época do estudo, que possui um filho de quatro anos e que escolheu utilizar o termo “mãe” para se autodescrever em relação à função parental



que desempenha. Para Fran, a maternidade não foi uma decisão planejada; naquele momento da vida, encontrava-se em um relacionamento com um homem que manifestava grande desejo de ser pai, o que, de certa forma, influenciou e pressionou a decisão de engravidar. Contudo, também expressou que, desde a infância, nutria o desejo de se tornar mãe; mesmo assim, reconheceu que o momento em que engravidou não foi o ideal, tampouco a pessoa com quem concebeu a criança. Nesse sentido, Fran afirmou que a gravidez e o pós-parto foram períodos de depressão: *“eu não conseguia fazer nada, fora sair para trabalhar e voltar para casa. Eu tinha muito, muito cansaço físico, mental, de uma sobrecarga muito grande, além de uma sonolência”*.

Fran associou o período difícil de sua gestação e puerpério a questões hormonais, à solidão e à experiência de vivenciar a gravidez sendo uma pessoa trans. Elu destacou que, em dado momento, percebeu seu corpo grávido como algo que se tornou violentamente de domínio público, passível de ser tocado sem permissão e automaticamente associado ao feminino, por estar em processo de gestação: *“as pessoas se sentiam no direito de me tocar. E aí eu ficava tipo: ‘o que tá acontecendo? Me larga de mão!’*. E as pessoas se sentiram no direito de dizerem o que achavam que eu tinha que fazer ou não... e me chamar de mulher, sabe? Só porque eu estava com um barrigão. E eu dizia: ‘não sou mulher!’”.

Segundo Fran, a gravidez modificou as suas características sexuais secundárias, acarretando, por exemplo, o aumento do volume das mamas, associando isso à escolha de amamentar. Destacou que as características físicas podem influenciar a percepção do gênero de uma pessoa pela sociedade, gerando expectativas sociais em relação à aparência. Segundo elu, o corpo feminino é naturalmente sexualizado e, ao deparar-se com a gravidez e com pessoas assumindo seu gênero como feminino em função disso, sentiu-se ainda mais hipersexualizado e desrespeitado:

*daí também acho que ser lide como mulher, porque eu nunca tive muito peito, então sempre tive facilidade... não precisava me preocupar se eu ia ter que tirar ou não, sabe? Mas, quando eu tava grávida, quando eu tava amamentando, eu estava com os peitos muito grandes.*

Em contrapartida às experiências violentas e negativas trazidas pela gestação, Fran também compartilhou um planejamento cuidadoso da gravidez, alinhado às suas preferências pessoais. Relatou que uma das experiências gratificantes foi ter seu desejo pelo tipo de parto respeitado, realizado em formato domiciliar. Sobre os desafios da gravidez, Fran teve dificuldades para vincular-se emocionalmente ao filho recém-nascido. Relatou ter sentido muito cansaço durante o período puerperal, o que tornava difícil o estabelecimento de vínculo afetivo com o bebê. Segundo elu, a escrita terapêutica e a psicoterapia auxiliaram durante esse período no entendimento de sua trajetória de parentalidade como singular e, dentro dessa individuação, a perceber os desafios e as



dificuldades enquanto naturais e parte do processo:

todos os terapeutas em geral que me acompanharam, me ajudavam muito nessa questão de tipo, 'tá tudo bem não ser no mesmo tempo que as outras pessoas, não ser no mesmo... não ser automático como é pras outras pessoas, não precisa te comparar a ninguém. A tua maternidade vai ser a tua maternidade, vai ser o jeito que tu vivencia as coisas. Tu não precisa te... cobrar disso'. Era muito... aceitação, sabe? Eu acho que a palavra que eu passei assim durante o começo da minha maternidade era aceitação.

Fran afirmou que sua família nuclear não acolheu seu processo de identificação de gênero, resultando em uma relação marcada por rejeição e sentimento de inadequação. Relacionando a essa experiência violenta, relatou seu comprometimento em educar-se sobre maternidade e criação coletiva, demonstrando empenho em manter um ambiente saudável e informado para o crescimento de seu filho. Segundo Fran, esse formato de criação seria especialmente benéfico por garantir experiências autônomas e críticas para a criança, que torna-se mais capaz de estabelecer relações próprias e receber estímulos de maneira mais liberta, embora em formato seguro e monitorado.

Fran contou que tem se relacionado com outras pessoas de forma não monogâmica, deixando abertas as possibilidades quanto à forma com a qual esses afetos relacionar-se-ão com seu filho. Destacou que não concorda com imagens pré-estabelecidas de relação, como a suposição de que um namorado deve exercer o papel de padrasto junto ao seu filho. Fran exemplificou que um de seus afetos estabeleceu importante relação de amizade com o filho, e que, num ambiente protegido, livremente mantiveram esse relacionamento. Dessa forma, Fran disse entender que relações amorosas não são necessariamente relevantes para o exercício da parentalidade, por não servirem como prerrogativas para a forma como o seu filho será criado.

Durante a entrevista, Fran pontuou um aspecto importante para reflexão sobre a maternidade e a não binariedade. Segundo ele, existe um fator imprevisível sobre o modo como será tratado por outras pessoas, que, por vezes, lhe incomodou e gerou sofrimento:

*acho que outra grande dificuldade da maternidade no papel da não binariedade é que é novo, entendeu? Ninguém sabe como te chamar... Tu não sabe como te chamar. Então tu acaba tendo que recorrer às coisas que já existem, porque é mais fácil. Ou tendo que inventar tudo novo, sabe? Eu achei muito... Eu criei. No começo assim, eu não... Nunca chamei meu filho de menino. Tentava não usar o pronome masculino com ele. Eventualmente, pelo cansaço de ter que explicar, de ter que falar, a gente acabou usando pronome masculino.*

Fran mencionou a desnaturalização de gênero como algo importante para o exercício parental. Relatou ter vivido um luto, ainda em sua adolescência, pelo fato de ter rompido relações com os seus pais, por terem reprimido seu modo de ser ao ponto de tornar a relação insustentável. Ligado a isso, contou como, a partir dessa noção inicial de relação parental, estava conseguindo reinventar as formas de maternar. Desde a escolha do nome até o modo pelo qual as noções





introdutórias de gênero têm sido apresentadas ao seu filho, Fran pareceu querer fazer o que não foi feito para ele em sua juventude. Afirmou que, desde cedo, apresentou ao filho um repertório básico sobre educação de gênero, incluindo as infinitas possibilidades de identificação: “*por exemplo, eu coloquei um nome no meu filho que ele não precisasse retificar [...] Eu criei ele de uma forma que ele pudesse ser livre como eu gostaria de ser, como eu me esforço para ser, sem essa questão dos papéis de gênero*”.

*mas até ele fazer uns três anos, eu acho, que quando ele começou a ir pra escolinha, ele não sabia o que era ser um menino, sabe? Porque eu nunca disse, nunca falei. E tanto que, quando eu perguntava para ele: ‘tu é menino?’, ele dizia ‘não!’, ‘tu é menina?’, ‘não’, ‘e o que tu é?’, ‘sou [nome do filho]’, porque não.... nunca. Não era uma coisa que eu trouxe pra criação dele. É só muito diferente, sabe? É muito diferente do que as outras pessoas vivenciam como maternidade. É um lugar muito solitário de ser... Parece que tu deliberadamente tá desafiando a sociedade, como se fosse o que tu quisesse, entendeu? Sim, esse é o meu bel prazer: ‘porque eu quero, que eu gosto’.*

Junto à energia investida no papel de mãe, Fran relatou que, por vezes, sentia-se sozinho diante de tantos impasses. Afirmou ainda que frequentava locais familiares nos quais utilizavam seu nome morto, com atitudes agressivas que desrespeitavam seu próprio desejo. Fran considerou importante o contato de seu filho com familiares, como tios e avós, mesmo com tanta violência atravessando essas relações. Associou a escolha de continuar frequentando esses espaços violentos ao medo da solidão inerente à condição de mãe solo. Segundo Fran, talvez essa decisão estivesse imbricada na tentativa de garantir maior amparo para seu filho.

Sobre o tratamento que Fran já recebeu em serviços de saúde, relatou uma passagem ocorrida em um atendimento especializado para pessoas trans, em que diversos serviços gerais de saúde são disponibilizados. Em uma consulta marcada pelo pragmatismo, não se sentiu acolhido por tratar a sua vinda como se fosse exclusivamente voltada para fins de readaptação de gênero, não levando em conta outras questões, como a gravidez, o planejamento familiar e as subjetividades. Para Fran, esses acontecimentos configuraram microagressões.

Fran contou sempre ter sofrido preconceitos, muitas vezes de forma velada. Relatou o fato de duvidarem de sua capacidade de matinar, entre outros motivos, em função da sua identidade de gênero. Por ser uma pessoa não binária, estudante universitária e sem um emprego fixo, disse que passou por momentos de insegurança financeira que culminaram em um ano sem a guarda de seu filho, que permaneceu com o pai. Nesse tempo, Fran precisou despender uma grande energia a fim de se reorganizar, visando a retomada da guarda. Atualmente, o filho visita o pai biológico de forma periódica, mas vive com Fran em tempo integral. Mesmo assim, ocorrem embates com o pai de seu filho, por ele colocar em dúvida a sua capacidade de matinar, gerando sofrimento e



insegurança em Fran.

Ao final da entrevista, Fran contou sobre a importância de pensar a maternidade fora de uma realidade romantizada, a qual obriga a instituição do matrimônio cisheteronormativo e exclui parte fundamental da população. Segundo Fran, desempenhar a maternidade solo e integrar um grupo amplamente excluído da sociedade é um grande desafio, que dia a dia parece ser trabalhado através da criação em comunidade, junto à rede de apoio que formou ao longo dos anos. Ainda assim, reconheceu que, embora não necessariamente ligados às identidades de gênero, os papéis parentais carregam em si um estigma centenário. A mãe leva o papel de cuidadora principal, que tudo suporta, enquanto o pai pode ser, na maioria das vezes, isento de responsabilidades relacionadas à criação e ao cuidado de uma criança. Nesse sentido, Fran afirmou que adotou a nomenclatura “mãe” como escolha política, justamente reforçando que esse papel maternal fundamental de criação não faltará ao seu filho e será desempenhado por uma pessoa não binária, contrariando uma sociedade ainda amplamente cisheteronormativa.

### 3.3 Amélia

Amélia é uma mulher trans de 52 anos à época do estudo, pai de um filho de 12 anos. Ela compartilhou que iniciou seu processo de afirmação de gênero há oito anos, embora, desde sua infância, tenha lidado com o sentimento de inadequação. Descreveu uma jornada desafiadora ao lidar com sua família, da qual relata inúmeras atitudes violentas relacionadas ao preconceito de gênero. Explicou que inicialmente não desejava ter um filho. No entanto, após a insistência de sua então companheira, mulher cis, decidiram conceber uma criança. Quando Amélia começou seu processo de transição de gênero, seu filho tinha três anos. Naquele momento, mencionou que houve desentendimentos com sua parceira em relação à nomenclatura parental que Amélia utilizaria.

*aí ele me chamava de pai. No começo até eu queria ser mãe, até que ele me chamasse de mãe. Mas daí teve uma encrenca. Daí nós entramos em choque, eu e a mãe dele, né? Porque ela não queria dar... dizia: 'Mãe sou eu, tu não tava com ele na barriga, tu não pariu, tu não passou pelo trabalho de parto, entendeu?'. E aí eu vi duas coisas: meu comportamento com ele, comparando com ela, não era de mãe, eu agia como pai. E outra, daí eu pensei: 'bom, se eu não posso ser mãe, então vou ser tia, dinda, né?'. Daí disse: 'mas se eu for mãe? Ou se eu for dinda? Ou se eu for alguma outra coisa, eu vou estar matando o pai dele, eu mesma. Eu vou matar o pai dele, eu vou matar eu, né? Então não vou matar o pai do meu filho'.*

Amélia enfrentou, inicialmente, uma recusa contundente por parte de sua parceira, que não reconhecia sua identidade de gênero, configurando uma importante violência simbólica. Essa rejeição resultou em afastamento e na ameaça de retirada da guarda do filho, expressando um



mecanismo normativo que parecia querer negar a existência plena de Amélia enquanto mulher trans. Além disso, Amélia relatou que precisou promover uma ressignificação das nomenclaturas associadas às funções parentais, desvinculando os títulos tradicionais de “pai” e “mãe” das atribuições de gênero que lhes são convencionalmente associadas. A ex-parceira ainda impôs uma barreira adicional ao impedir que Amélia se identificasse também como mãe, reafirmando normas rígidas que excluem configurações familiares dissidentes.

Apesar das tensões e da violência que atravessaram esse processo, ambas chegaram, em respeito ao filho, a um acordo de convivência pautado no diálogo e na priorização do vínculo afetivo. Contudo, para que esse entendimento fosse possível, Amélia precisou despender uma carga extra de energia para lidar com as tensões relacionadas à afirmação de sua identidade de gênero e à construção de um lugar parental em que pudesse atuar com algum reconhecimento.

Com o passar do tempo, conforme Amélia afirmou, a relação entre ela e a mãe de seu filho foi se apaziguando. Atualmente as duas moram juntas e mantêm uma relação de cumplicidade na criação do filho. Amélia afirmou tratar-se, atualmente, de uma relação de respeito mútuo. Ela também revelou não ter alterado o seu nome em cartório, visando, segundo ela, não prejudicar a mãe de seu filho.

*eu não troquei meu nome, né? Não troquei meu nome. Não troquei meu nome por causa dela, da mãe do meu filho. Ela... que antes, quando trocava o nome na certidão de casamento, aparecia uma averbação embaixo, 'fulano de tal mudou de gênero e passou a se chamar fulana de tal'. Agora não, pra não constranger as trans, constrange a outra parte: 'fulana de tal casou com fulana de tal', e ela não quer. Ah, ah, mas é só um papel... sim, mas se ela for fazer um, comprar um imóvel, se ela for fazer uma nova carteira de identidade, um passaporte, uma coisa, ela tem que levar a certidão de casamento com averbação do divórcio. E é essa. E ela não quer isso.*

Amélia também contou sobre quando revelou seu processo de afirmação de gênero para a família nuclear. A reação de seus pais foi, segundo ela, violenta, tratando a situação como patológica e vergonhosa. Mesmo assim, não houve rompimento da relação entre eles. Segundo Amélia, seu pai paga seu tratamento psicoterapêutico até hoje, o que ela considera como uma prova de amor:

*ele disse: 'tu é meu filho, vai ser sempre meu filho'. 'LHO', porque pra ele eu sou filho. Não sou filha, não tem isso. Se ele um dia quiser me chamar de filha, vou pedir para fazer um teste de sanidade mental, porque ele está fora. [...] Mas esse apoio todo da família, eu tive condições [...] Sim, ele me aceitou né? Me aceitou como eu sou, embora para ele eu seja filho, mas... mas não me mandou embora, não me largou. Não, não me deserdou, porque ele podia...*

Ao adentrar o assunto da criação de seu filho, Amélia relatou que criá-lo tem sido, ainda que gratificante, também desafiador. A criança apresenta um retraimento emocional importante, que gerou preocupação e foi investigado. Apesar de a investigação não ter apontado para diagnósticos



específicos, essa situação gerou sofrimento para Amélia como pai. Ela atribui essa situação, entre outros fatores, à pandemia de Covid-19. Nesse sentido, contou ter investido muita energia estimulando seu filho. Segundo Amélia, ao longo do último ano, ele tem demonstrado avanços promissores na flexibilidade emocional e social: *“e ele vê vídeos em inglês no YouTube, sabe? Ele entende em inglês e ele fala e me critica: ‘não, pai, não tenta falar inglês, que tu não consegue!’ (risos). Mas assim, é muito legal. É muito emocionante ver o crescimento dele, sabe?”*.

Amélia afirma considerar uma experiência positiva dividir os cuidados com a mãe de seu filho. Organizar a rotina em torno de duas figuras principais parece facilitar o dia a dia e contribuir para que as duas possam se dedicar a outras atividades, como sair com amigos. Amélia relatou um empenho para ver seu filho superar as dificuldades emocionais que parece estar enfrentando. Apesar de constantemente buscar uma boa criação para ele, ela referiu dúvidas de seus próprios pais em relação à sua capacidade de desempenhar essa tarefa: *“o pai e a mãe dão umas chamada também [...]. Eles me criticam muito, até algumas coisas criticavam o [filho]”*. Ela referiu um receio de que a sua identidade de gênero influencie negativamente, contribuindo para tornar o filho uma criança amedrontada ou retraída: *“a gente tá pensando assim, de repente, tem que investigar se ele não tem medo de que... pelo pai ser trans... alguém vá pra cima dele”*. Mesmo assim, Amélia, enquanto mulher exercendo a paternidade, disse ter sido surpreendida com a acolhida do colégio do filho que, no dia dos pais, auxiliou o menino a confeccionar um presente para ela: *“ele [filho] fez um cartãozinho, desenhou um papai que era uma menina. E aí eles tinham pedido uma foto do pai [...] De super-herói, só que não era um Superman nem um Batman, era uma Supergirl. O papai é uma super Supergirl”*.

Sobre a sua identificação com a figura paterna, Amélia contou que, eventualmente, a chamam de “mamãe”. Esse tipo de suposição, segundo ela, é encarada com tranquilidade: *“é tranquilo, a Amélia é o pai do [filho]. [...] Às vezes a pessoa confunde, chama de ‘a mamãe’. Chama de mãe porque vê uma mulher e aí ele [filho] fala: ‘é pai’. [...] Mas isso não é preconceito”*.

Ao ser questionada sobre a relação de sua identidade de gênero na parentalidade, Amélia destacou um processo de desconstrução das performances tradicionais associadas à feminilidade e à paternidade. Para ela, desconstruir essas normas significa libertar-se das expectativas rígidas atribuídas a determinados gêneros nas funções parentais, abrindo espaço para que sua prática parental possa ser guiada por seus desejos e singularidades. Nesse sentido, Amélia afirmou: *“sim, por causa da idade, da transição, dos meus gostos e minhas coisas. Mas eu sempre gostei de andar de kart, gosto de carro, né? Tem mulheres que também gostam, eu tenho um grupo de kart”*.

Ao relatar sua experiência com o atendimento em saúde no planejamento familiar, Amélia



destacou que a equipe médica a informou sobre os riscos potenciais do tratamento hormonal, especialmente a possibilidade de esterilidade temporária ou permanente, conforme o tipo e a duração do tratamento. No entanto, devido à demora no acesso aos serviços e à preocupação com sua idade, Amélia optou por iniciar os tratamentos de forma autônoma, sem acompanhamento médico formal. Ao finalizar a entrevista, ressaltou a importância da resiliência para enfrentar os desafios da vida, buscando construir seu lugar enquanto pai e mulher com serenidade e paciência.

#### 4 Discussão

A análise do material empírico foi organizada em quatro eixos temáticos, construídos a partir da recorrência e da relevância de determinados elementos nas narrativas das pessoas participantes. O primeiro, (4.1) “Parentalidades dissidentes: percursos e deslocamentos do ideal normativo”, examina modos de viver a parentalidade que tensionam padrões hegemônicos e produzem trajetórias singulares. O segundo, (4.2) “Redes de cuidado e regimes de exclusão: entre alianças e abismos institucionais”, considera as formas de sustentação e vulnerabilização das experiências parentais, articulando dimensões familiares, comunitárias e institucionais. O terceiro, (4.3) “Nomear, não nomear, desnomear: linguagem e invenção do cuidado”, aborda as disputas e invenções em torno das nomenclaturas e funções parentais, explorando a participação da linguagem na constituição das posições parentais. Por fim, o quarto eixo, denominado (4.4) “Gênero em movimento: performatividade e invenção do cuidado”, amplia a discussão sobre performatividade, situando-a nos deslocamentos de gênero e nas práticas de cuidado que se transformam ao longo do tempo.

##### 4.1 Parentalidades dissidentes: percursos e deslocamentos do ideal normativo

As pessoas participantes indicaram que suas experiências como filhos informaram o seu próprio processo de aprender o exercício parental – ao invés de repetir, houve um esforço em afastar-se do tipo de parentalidade que foi exercida por seus cuidadores. Em todos os casos, emergiram narrativas marcadas por violências, rejeições e pressões para a conformidade a normas cisgêneras. Marion recordou uma infância atravessada por represálias às suas experiências sexuais e de gênero. Sua família direcionava discursos machistas contra ela. Fran também descreveu uma relação violenta com a família, na qual sentimentos de solidão e abandono eram constantes. Amélia, por sua vez, lembrou uma infância e adolescência permeadas pelo machismo e pela exigência de conformidade ao ideal masculino cisheteronormativo. Já na vida adulta, aos 52 anos, após um processo interno que culminou na reafirmação de sua identidade de gênero, Amélia enfrentou episódios de violência física e verbal de seus pais e irmãos, motivados por sua identidade de



gênero.

Em todos os casos, a narrativa sobre a relação com a família de origem emergiu de forma espontânea, funcionando como fundamento para compreender o modo novo – e desobediente (Oliveira, 2017) – com que as pessoas participantes constituíram a sua parentalidade. Essa reinvenção serve como uma estratégia de sobrevivência para que possam seguir existindo na condição de dissidentes de uma norma que, embora lhes seja insistentemente imposta, fracassa de forma sistemática em lhes oferecer reconhecimento e pertencimento. Ao contrastarem suas próprias vivências como filhos com a prática atual do cuidado, as pessoas participantes descreveram de que maneiras criaram outras formas de se relacionar com filhos/as/es, rompendo com padrões herdados — e fracassados, e elaborando vínculos que recusam reproduzir a violência anteriormente sofrida.

Retomando o diálogo com Halberstam (2011), argumenta-se esse fracasso como uma experiência que opera em dois registros articulados. Primeiro, como condição de possibilidade para o surgimento de uma nova mirada ética, capaz de estranhar e desestabilizar a violência naturalizada pela norma. Segundo, como deslocamento da noção de fracasso do plano individual para o plano estrutural: não é a pessoa que fracassa, mas a própria sociedade que fracassa com as vidas que divergem. Assim, entende-se o fracasso não como uma insuficiência pessoal, mas como um fracasso social, da própria sociedade. No Brasil, o dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Benevides; Nogueira, 2021) aponta que pessoas trans e não binárias são expulsas de suas famílias de origem na idade média de 13 anos, e negligenciadas por políticas públicas de saúde, educação e assistência. Essas existências não são apenas mal nomeadas, mas sim sistematicamente apagadas. Nesse contexto, quando pessoas trans e não binárias decidem criar famílias ou exercer a parentalidade, são convocadas a reinventar formas de cuidado para além da lógica vigente – a mesma que historicamente as excluiu. Para vidas dissidentes, a desobediência não é apenas uma escolha, mas a única forma possível de existir.

A desobediência (Mombaça, 2021; Oliveira, 2017) surge como resposta a um fracasso pessoal e social de não se adequar a uma matriz normativa de sexo-gênero-desejo. A emergência do fazer parental das pessoas participantes deste estudo indica um modo de exercer o cuidado que advém do fracasso no sentido de Halberstam (2011), ou seja, daquilo que emerge diante da desobediência da norma. Marion, Fran e Amélia constroem, em seus discursos, formas singulares de se colocar na função parental de cuidado, recusando entre si a obediência a qualquer modelo prescritivo. Tal recusa é fundamental para este estudo, cuja proposta não é criar uma nova norma, mas questionar a própria existência de normas reguladoras do exercício parental (Rubin, 2007). Assim, a forma como cada pessoa se posicionou frente à parentalidade decorreu mais da viabilidade





de cada realidade do que visando o alcance de um ideal normativo. Essa organização, a partir do que foi viável, levou em conta as possibilidades concretas de tempo, dedicação e modos de arranjo afetivo e prático, sempre em negociação com as condições materiais, subjetivas e relacionais que atravessaram as experiências parentais de Marion, Fran e Amélia.

Marion iniciou seu processo de afirmação de gênero aos 60 anos, e manteve-se identificada como pai de seus filhos. Contudo, sua relação como pai de seus dois filhos se deu de modos diferentes para cada um. Por um lado, com o filho mais novo, a convivência foi contínua, porém com um sentimento de inadequação frente ao modelo tradicional de paternidade masculinizado. Por outro lado, seu primeiro encontro com o filho mais velho só aconteceu aos 63 anos, e ela passa a construir a paternidade como uma mulher. Paradoxalmente, é o fracasso com o ideal de ser homem que permite a Marion experimentar a paternidade de modo mais presente, como uma mulher. Assim, Marion reconheceu que lhe era mais coerente desprender-se dos modelos pré-concebidos de paternidade, de modo a exercer as funções que estavam ao seu alcance, alinhadas à sua própria forma de estar no mundo e às suas possibilidades reais de cuidado.

Fran contou que sempre desejou ser mãe, mas descreve seu percurso como solitário, marcado pela separação conjugal em meio à gestação e pela vivência de maternidade solo. Sua gravidez, em um corpo não binário, foi atravessada pela imposição social de códigos de feminilidade, gerando sofrimento e expondo o descompasso entre a leitura social de seu corpo e sua identidade de gênero. Fran não detalha a ruptura conjugal, mas relata que a relação com a pessoa com quem teve o filho não oferecia condições favoráveis para o cuidado. Assim, para além da maternidade solo em relação a parceiros, reavaliou a possibilidade de compor arranjos distintos, como uma configuração comunitária de cuidado. Nesse ponto, Golombok (2017) observa que a literatura tende a diferenciar entre maternidade solo originada de rupturas conjugais e aquela decorrente de uma decisão deliberada de criar filhos sem parceiro. Contudo, a trajetória de Fran mostra como essas categorias se revelam insuficientes diante de formas de parentalidade que escapam ao binarismo entre casal e solo, abrindo espaço para outras invenções de cuidado.

Entende-se que a monogamia e a ideia normativa de parentalidade fracassaram com Fran. À luz de Halberstam (2011), o fracasso aqui não é considerado déficit, mas potência: foi no colapso das expectativas normativas que se abriram brechas para imaginar e materializar outros modos de existir. No caso de Fran, a não monogamia e o cuidado comunitário são práticas centrais que reconfiguraram a parentalidade como campo possível para arranjos afetivos e de cuidado que escaparam à clausura conjugal e ao binarismo de gênero. Esse arranjo insurgente, sustentado por uma rede de apoio, não apenas garante a criação de seu filho, mas demonstra, na prática, que a



parentalidade pode ser desvinculada do ideal regulador da família nuclear.

Mesmo para Amélia, que vivia em um contexto monogâmico, o ideal normativo de família passa a suprimir a sua própria condição de se afirmar como mulher e mãe. Sua ex-parceira, mãe de seu filho, lhe negou o reconhecimento de maternidade. Isso foi operado de duplo modo: a negação da maternidade, mas também da sua mulheridade. A partir disso, Amélia passou a obedecer desobedecendo sua esposa. Ao observador distante, Amélia obedece à imposição normativa de sua ex-parceira ao aceitar o título de pai para manter a guarda e o contato com seu filho. Contudo, Amélia não menos desobedece à norma estabelecida ao seguir com sua transição de gênero e afirmar-se como uma mulher que é pai. A solução de Amélia não diz respeito a uma escolha entre ser mulher ou homem, mãe ou pai, mas ao atravessamento dessas fronteiras, incorporando elementos de ambos e criando, assim, um exercício parental possível. A relação entre as duas mulheres, que antes fora conjugal, foi igualmente reconfigurada. O desfecho, após esse conflito inicial, foi de uma amizade calcada no bem-estar de seu filho.

#### 4.2 Redes de cuidado e regimes de exclusão: entre alianças e abismos institucionais

Toma-se o caso de Amélia para pensar sobre como as redes de cuidado se entrelaçam com os regimes de exclusão nas trajetórias das pessoas que participaram deste estudo. Ao contrário de uma abordagem dicotômica ou reducionista, observa-se como essas pessoas transitam pelas fronteiras entre a norma e a dissidência para tornar viável o exercício da parentalidade. No caso de Amélia, era imperativo, para a sua ex-parceira, que o título de mãe não lhe fosse atribuído, o que foi percebido como uma ameaça à sua própria identidade como mulher. Assim, Amélia acatou esse desejo como parte de uma aliança estratégica voltada à continuidade do seu fazer parental. Ao invés de interpretá-la como renúncia à sua mulheridade em nome da cooperação, pode-se compreender essa negociação, em nível individual, em relação ao que Spivak (1985) descreve como “essencialismo estratégico” – a adoção deliberada e provisória de uma identidade normativa como recurso político ou pragmático. Para Amélia, reconhecer-se como “pai” não constitui uma definição ontológica de si, mas uma escolha tática voltada a viabilizar a coparentalidade com a ex-esposa. Assim, mais do que uma experiência puramente excludente, essa relação se desdobra na construção de uma rede de apoio ancorada no bem-estar do filho, revelando que, mesmo em contextos marcados por tensões de gênero, arranjos cooperativos podem emergir de escolhas situadas e estratégicas.

No caso de Fran, a reaproximação com sua família de origem também constituiu uma estratégia deliberada para assegurar o acesso a redes de cuidado, consideradas essenciais ao



desenvolvimento e ao bem-estar do filho. Tal reintegração, porém, foi marcada por violências persistentes direcionadas a Fran: o uso recorrente do nome morto e a intolerância frente ao seu modo não monogâmico de se relacionar revelam a permanência e tentativa de manutenção de dinâmicas normativas e excludentes. Para Fran, a manutenção desse vínculo, ainda que permeado por violências, é legitimada pela centralidade que atribui ao convívio do filho com os avós, compreendido como um pilar de sua rede de apoio.

Essas experiências ilustram o que se pode chamar tentativamente de violência colateral: formas de exclusão que se produzem no próprio ato de acessar e manter redes de cuidado. Trata-se de um fenômeno que assume dupla face – voltado, simultaneamente, à criança e à pessoa que exerce a parentalidade – e que, nas trajetórias das pessoas participantes, revela como o cuidado pode ser viabilizado à custa da exposição continuada a regimes de deslegitimação. Nesse sentido, a violência colateral não se apresenta como mero efeito lateral, mas como um elemento estrutural de certas alianças, nas quais a proteção às crianças é obtida por meio de negociações que imbricam apoio e exclusão. A violência colateral, nesse contexto, não designa um efeito accidental, mas uma condição estrutural: no próprio movimento de acessar redes de cuidado, emergem formas de exclusão que podem recair sobre a criança e/ou sobre quem exerce a parentalidade. Essa dinâmica confirma a leitura de que a violência é constitutiva da norma – ela organiza o reconhecimento justamente ao custo da deslegitimação de certas existências (Butler, 2003).

Embora o cuidado familiar devesse oferecer, como direito inegociável, um duplo benefício – amparar a criança e sustentar quem exerce a parentalidade –, Fran encontra na rede familiar apenas uma dessas dimensões. Para recompor essa equação, descreveu a abordagem comunitária de criação do filho, evidenciando uma dinâmica que incorpora diversos membros de sua rede de apoio, advindos de seus locais de trabalho, lazer e estudo, para garantir a educação e o cuidado da criança. Assim, o que se observa é uma estratégia de complementaridade: enquanto a rede familiar supre alguns recursos e vínculos valorizados para a criança, a rede comunitária garante reconhecimento e cuidado voltados também a Fran, configurando um ecossistema de apoio menos assimétrico e mais condizente com uma ética de cuidado que não separa o bem-estar de cuidadore do bem-estar da criança.

Essa articulação entre redes familiares e comunitárias, observada no caso de Fran, pode ser compreendida como uma desestabilização das hierarquias convencionais do parentesco, aproximando-se do que Judith Butler (2003) descreve como possibilidade de redefinir laços parentais a partir da intensificação de vínculos comunitários – sustentados ou não por relações sexuais exclusivas ou duradouras. Assim, parentalidade não se restringe ao modelo conjugal ou



ao núcleo familiar tradicional, mas se constrói a partir de arranjos plurais e colaborativos. Nesse sentido, Amélia também explora funções parentais para além das molduras conjugais, como quando relata a coparentalidade que mantém com a mãe de seu filho, mesmo após o fim da relação conjugal.

O investimento nas diversas redes de cuidado – ainda que marcadas por ambivalências e nem sempre isentas de conflitos – se conecta a um esforço mais amplo, presente entre as pessoas participantes deste estudo, de assegurar que a infância de seus filhos não seja atravessada pelo desamparo que marcou as suas próprias infâncias enquanto filhas. Isso, contudo, não elimina o impacto que a violência direcionada por terceiros contra pessoas cuidadoras pode ter sobre seus filhos. No caso de Fran, é o filho quem intervém para corrigir as pessoas quanto ao seu nome, gesto que Fran interpreta como uma tentativa de protegê-lo. Trata-se de uma dinâmica que revela vínculos permeados por relações dialógicas de cuidado, nas quais a proteção não circula apenas no sentido adulto-criança, mas também no sentido inverso, como já apontado em reflexões sobre o caráter relacional e recíproco do cuidado (Brazelton *et al.*, 1975).

Essa reciprocidade aparece de forma marcante no relato de Marion, que compartilhou um histórico de duas tentativas de suicídio. Em tais momentos, seus filhos desempenharam um papel decisivo como rede de apoio, oferecendo sustentação frente aos sofrimentos derivados de sua trajetória, das violências sofridas em diferentes âmbitos e das tensões próprias do processo de reafirmação de gênero. A aproximação com o filho mais velho e o investimento contínuo na relação com o filho mais novo não se configuraram apenas como experiências de cuidado ofertado, mas também de cuidado recebido – dimensões que, ao se entrelaçarem, fortaleceram vínculos afetivos e afirmaram novas possibilidades de existir e se relacionar fora dos moldes normativos.

Se, nas redes familiares e comunitárias, o cuidado pode emergir de vínculos afetivos e reciprocidades cotidianas, nas redes de políticas públicas – especialmente no campo da saúde – este cuidado se depara com uma lógica regulatória que, de forma ambígua, se apresenta como garantidora de direitos ao mesmo tempo em que impõe critérios e filtros que produzem exclusão (Angonese; Lago, 2017; Pereira *et al.*, 2022; Souza, 2013). Os encontros das pessoas participantes deste estudo com serviços de saúde voltados para pessoas trans ilustram, de forma contundente, a complexidade e, por vezes, a precariedade dessa engrenagem institucional. A promessa de acolhimento é mediada por protocolos, recortes éticos e delimitações de procedimentos que nem sempre dialogam com as urgências e especificidades de suas vidas.

No caso de Fran, por exemplo, a busca por atendimento não se vinculava diretamente ao processo transexualizador, mas a demandas de saúde que atravessavam outros aspectos de



seu cotidiano. Porém, sua presença no serviço foi lida a partir de uma ótica restrita, na qual apenas questões relativas a cirurgias ou hormonioterapia pareciam ter legitimidade. Tal situação contrasta com a própria resolução nº 2.265 do Conselho Federal de Medicina (2020), que prevê que ambulatorios especializados acolham demandas não diretamente relacionadas à redesignação sexual, como atendimentos clínicos gerais e suporte psicossocial. A distância entre norma e prática, nesse caso, não é mero descompasso burocrático, mas um sintoma de um regime institucional que define previamente o que é e o que não é reconhecível como cuidado legítimo (Angonese; Lago, 2017; Favero; Souza, 2019).

Amélia e Marion enfrentaram outro tipo de barreira: a limitação de faixa etária para o acesso ágil a determinados procedimentos hormonais. Essa restrição prolongou o tempo de espera. A sensação de estar diante de um direito adiado e dificultado levou Amélia a recorrer à automedicação, uma prática que, como apontam Silva e autores (2022), é frequente entre pessoas trans e não binárias justamente em função das barreiras institucionais e do receio de sofrer discriminação no atendimento. Aqui, o gesto de autogerir o próprio cuidado corporal não pode ser lido apenas como imprudência ou risco médico, mas como uma estratégia de sobrevivência da própria identidade diante da inoperância do sistema. O tensionamento entre reconhecimento formal e exclusão material não se limita ao acesso a procedimentos de saúde. Como observam Favero e Souza (2019), para seguir existindo, pessoas trans e não binárias precisam negociar com instituições normativas que falham reiteradamente, produzindo uma sobrecarga cotidiana que se soma a outras frentes de vulnerabilização.

As exclusões no campo da saúde e das políticas públicas, quando somadas à ausência ou fragilidade de apoio familiar, compõem um cenário que potencializa vulnerabilidades econômicas. Os dados aqui analisados convergem com a literatura estrangeira (James e colab., 2016), segundo a qual a rejeição familiar dobra a probabilidade de dificuldades financeiras e aumenta significativamente o risco de tentativas de suicídio ao longo da vida. Fran, Amélia e Marion compartilham histórias em que o desamparo institucional se entrelaça com o desamparo econômico: interrupções ou precariedade no trabalho, custos adicionais com cuidados autogeridos e ausência de redes de suporte financeiro colocam em risco a sustentabilidade do exercício parental. Assim, as redes institucionais – que poderiam funcionar como alicerces de proteção social – operam como arenas de disputa, nas quais a garantia de direitos se converte em um processo de constante negociação e resistência.

Essas negociações, contudo, não podem ser compreendidas apenas como respostas individuais a um sistema que falha. Elas expõem o que Gargallo (2020) identifica como a



especificidade latino-americana da experiência *queer*: aqui, a recusa abstrata da identidade não basta, pois a sobrevivência se ancora muitas vezes na afirmação situada de ser trans, travesti, lésbica, mãe ou pai. O que se observa nas trajetórias analisadas é que o exercício da parentalidade dissidente só se torna viável mediante uma combinação paradoxal: por um lado, a invenção de arranjos não normativos de cuidado, próximos à “multidão *queer*” de Preciado (2011), e, por outro, a adesão estratégica a identidades reconhecíveis, sem as quais não há acesso a redes familiares, comunitárias ou institucionais (Spivak, 1985). As alianças, portanto, nunca são puras; constituem-se como práticas ambivalentes atravessadas por violência, exclusão e colonialidade. Essa ambivalência não diminui sua potência política: ao contrário, revela que a parentalidade dissidente na América Latina é inseparável de um trabalho constante de negociação com regimes normativos e de invenção de formas de cuidado que desestabilizam, simultaneamente, o binarismo de gênero e as hierarquias produzidas pela história colonial.

#### 4.3 Nomear, não nomear, desnomear: linguagem e invenção do cuidado

As trajetórias parentais das pessoas participantes deste estudo evidenciam que a construção de sujeito parental dissidente não ocorre a partir de um ideal de identidades preexistentes, mas através de práticas, escolhas e negociações contínuas. Fran, por exemplo, optou por utilizar o termo “mãe” não por identificação com o gênero tradicionalmente associado a essa função, mas por reconhecer a ausência de termos não binários viáveis e pelo significado histórico do cuidado primário e da dedicação que essa nomenclatura carrega. Para Fran, preservar a designação “mãe” representa uma escolha política, articulando-se às qualidades atribuídas à função materna, ao mesmo tempo em que desloca o termo da ancoragem cisgênera.

Amélia, por sua vez, inicialmente desejava ser chamada de “mãe”, mas precisou ceder à pressão familiar diante da ameaça de perder a guarda do filho. Essa renúncia não foi passiva: ela investiu energia na ressignificação da palavra “pai” e das funções paternas tradicionalmente atribuídas, moldando-as a partir de sua própria experiência e identidade. A negociação foi atravessada por críticas familiares e pelo medo – não fundado em sua prática, mas imposto pelo discurso social – de que sua identidade de gênero pudesse “prejudicar” o desenvolvimento do filho. Esse receio, longe de refletir uma realidade concreta, revela antes a força das normas cisheteronormativas que associam parentalidade dissidente a risco ou ameaça. Mesmo assim, a experiência de Amélia evidencia fissuras nessas normas: ao ser reconhecida pela escola do filho no dia dos pais como uma “Supergirl”, a aparente contradição entre ser mulher e ser pai se transforma em gesto de afirmação desobediente, legitimado inclusive pela criança. Essa negociação revela





um esforço de resistência à norma, mostrando que a adesão aparente a categorias normativas pode constituir um gesto estratégico de preservação do vínculo parental.

Marion também mantém uma relação fluida com a nomeação parental, à sua maneira: afirma-se como pai no presente, mas se imagina como avó no futuro. Tal posicionamento evidencia a insuficiência das categorias binárias de gênero e parentalidade para compreender estas experiências. Ao mesmo tempo que resiste à imposição de uma maternidade normativa, Marion narra: nunca se reconheceu no modelo de “mãe” ancorado na feminilidade normativa, tampouco com “pai” como encarnação da masculinidade hegemônica. A maternidade, tal como socialmente definida, não era para ela um espaço de identificação, mas de estranhamento. O que emerge, então, não é a ausência de cuidado, mas a produção de um fazer parental situado para além da oposição mãe/pai. Marion articula práticas comumente associadas tanto à paternidade – o lugar de “pai” reivindicado – quanto à maternidade – o prazer de cozinhar, acompanhar a vida afetiva e participar de forma próxima do cotidiano dos filhos –, deslocando essas categorias e recombinando-as em sua própria experiência. É nesse ponto que a avó se torna uma figura de invenção: um lugar relacional e afetivo que, por não estar rigidamente atrelado às performances de gênero normativas, oferece a Marion um território de pertencimento, sobretudo diante da chegada do neto.

Essas narrativas demonstram que o processo de nomear, não nomear ou desnomear está ligado à invenção de vínculos de cuidado e à construção de subjetividades parentais singulares. As escolhas linguísticas não se restringem a um plano semântico, e constituem práticas performativas que produzem e transformam a experiência de parentalidade. Butler (2004) diferencia performance de performatividade, afirmando que o sujeito não é anterior aos seus atos, mas efeito deles; de modo análogo, o sujeito parental emerge das práticas que repetidamente realiza, incluindo nomeações, cuidados e negociações sociais. Schneider (1984) lembra que o parentesco é uma prática construída, não uma estrutura preexistente internalizada, o que ressoa com a forma como Fran, Amélia e Marion constroem suas parentalidades.

Outros estudos já destacaram que a atribuição de significados próprios às funções parentais é central na experiência de pessoas trans e não binárias (Pinho; Rodrigues; Nogueira, 2020; Zambrano, 2006). Assim, o que também se observa neste estudo não é uma simples adaptação a categorias normativas, ou ainda a criação de novas normas, mas a invenção de modos de existência familiar e de vínculos afetivos, em que a linguagem atua como instrumento de produção de pertencimento de pais, mães e cuidadores, ao mesmo tempo que tensionam as fronteiras excludentes do parentesco cisheteronormativo. A partir das experiências analisadas, propõe-se o conceito de “parentalidade



performativa” para nomear a forma de exercício parental observada entre as pessoas participantes deste estudo. Inspirada na noção de performatividade de gênero de Butler (2004), essa ideia não sugere que exista uma essência preexistente da parentalidade, mas sim que as práticas parentais se constroem e se materializam através de ações reiteradas que tensionam, subvertem e reinventam normas de cuidado e de gênero. Fran, Marion e Amélia não apenas exercem a parentalidade dentro de estruturas normativas, mas experimentam modos de criar, educar e afetar que reconfiguram o próprio significado de maternidade e paternidade, tornando o cuidado um espaço de invenção contínua. Assim, a noção de parentalidade performativa evidencia como o cuidado e a educação se articulam com a identidade de gênero de maneira situacional, negociada e criativa, oferecendo uma lente analítica para compreender parentalidades dissidentes que operam além da imposição de modelos normativos tradicionais.

#### 4.4 Gênero em movimento: performatividade e invenção do cuidado

As pessoas que participaram deste estudo ressaltaram que a forma com que se identificam atravessa o exercício da parentalidade, não apenas como uma característica pessoal, mas como um espaço de experimentação de novos modos de cuidado. Para Marion, Fran e Amélia, os conhecimentos sobre diversidade de gênero, adquiridos a partir de suas trajetórias de vida e estudos, se entrelaçam às práticas parentais, gerando intervenções educativas e afetivas que desafiam expectativas normativas.

Fran, por exemplo, optou por criar o filho sem categorizá-lo previamente como “menino”, escolhendo um nome unissex, desvinculado da binaridade de gênero. Essa decisão não se limita a uma preferência linguística: constitui uma estratégia performativa que articula cuidado e autonomia, permitindo que a criança se aproprie de sua identidade sem imposições violentas. Marion, em sua experiência, relatou o acolhimento do filho mais novo diante de sua transição de gênero, percebendo em seus gestos uma reciprocidade afetiva que, para ela, indicou aceitação e respeito diante da dissidência. Amélia, por sua vez, descreveu situações em que a expressão do afeto do filho reinventa o cuidado em família: o desenho de uma super-heroína, presente de Dia dos Pais na escola, ilustra como o vínculo afetivo pode transcender a nomenclatura tradicional de mãe/pai.

Essas experiências mostram que o exercício parental de pessoas trans e não binárias envolve uma performatividade em movimento, na qual as práticas de cuidado não reproduzem passivamente normas de gênero, mas as tensionam, reconfiguram e inventam. Ao mesmo tempo, elas permanecem atravessadas por vulnerabilidades: todas as pessoas participantes destacaram



questionamentos externos – de familiares, amigos, etc. – sobre suas capacidades parentais, refletindo o estigma estrutural que Butler (2003) identifica como presente em qualquer desvio das normas heterossexuais e cisnormativas.

Nesse contexto, a parentalidade se torna um espaço de negociação entre invenção e vulnerabilidade, no qual a performatividade de gênero não apenas possibilita a criação de novas formas de cuidado, mas também evidencia os limites impostos por regimes normativos que ainda operam na esfera familiar e social. O cuidado, assim, emerge como prática inventiva e, situada, que permite a existência de parentalidades dissidentes, capazes de engendrar vínculos afetivos complexos e formas de reconhecimento que não se reduzem à reprodução das normas culturais tradicionais. É possível aproximar essas experiências do que Butler (2015) denomina “corpos em aliança”. Ao se colocarem em pleno exercício parental fora das categorias cisheteronormativas, Fran, Marion e Amélia encenam formas de assembleia precária: Fran, ao criar o filho em comunidade e levá-lo para a faculdade; Marion, ao se afirmar como “pai mulher” acolhida por seus filhos adultos; e Amélia, ao assumir com orgulho o papel de pai nas atividades escolares do filho. Nessas situações, a parentalidade deixa de ser apenas esfera privada para se constituir como prática performativa de resistência, em que cada gesto de cuidado torna visível a legitimidade das existências dissidentes.

A literatura aponta que a estigmatização de famílias dissidentes tem sido associada a possíveis impactos emocionais em crianças (Golombok, 2017). Amélia ecoa esse receio ao afirmar que sua identidade de gênero poderia afetar o desenvolvimento do filho. Contudo, os mesmos estudos sublinham que os fatores de proteção mais relevantes dizem respeito à qualidade das relações familiares e ao suporte comunitário e escolar – elementos presentes na trajetória de Amélia. Essa relação com fatores protetivos permite concluir que o suposto “fracasso”, entendido, na chave normativa, como prejuízo no desenvolvimento infantil, decorre menos da dissidência de gênero em si e muito mais da resposta social preconceituosa que recai sobre ela. Retomando Halberstam (2011), aquilo que é nomeado como fracasso revela-se menos uma insuficiência individual e mais um produto das expectativas sociais normativas. Assim, o que estaria em jogo não é o fracasso de Amélia ou de seu filho, mas o fracasso de uma sociedade que não suporta a diversidade e insiste em enquadrar experiências parentais fora do modelo cisheteronormativo como deficitárias. Ressaltar essa distinção é fundamental para evitar leituras equivocadas que atribuem à dissidência de gênero a origem dos problemas, quando é a exclusão social que efetivamente produz sofrimento na família.

Assim, o relato de Amélia não apenas evidencia sua consciência crítica acerca dos regimes



de estigmatização, mas também sua agência ao transformar o receio em investimento ativo em proteção e pertencimento. Seu percurso reafirma que a parentalidade dissidente pode ser fonte de cuidado sólido e inventivo, desde que não seja minada pelas violências sociais que continuam a recair sobre identidades fora da norma.

A parentalidade, em todas as esferas, carrega um caráter performativo: molda-se às ações e escolhas de cada pessoa, conferindo singularidade à experiência de cuidar e de educar. No entanto, as parentalidades dissidentes enfrentam desafios adicionais. Para além da dimensão inerente da performatividade, que implica na constante invenção e reiteração de práticas de cuidado, pessoas trans e não binárias precisam lidar com a violência do preconceito, que muitas vezes tem início no interior das próprias famílias de origem e se estende às relações comunitárias, escolares e institucionais (Benevides; Nogueira, 2021).

Essa experiência de exclusão pode desencadear vulnerabilidades múltiplas: a precariedade econômica, derivada da marginalização social, frequentemente se articula ao desgaste da saúde mental, criando barreiras adicionais ao exercício parental. Pessoas dissidentes de gênero que exercem a parentalidade, portanto, revelam não apenas os limites impostos por regimes normativos, mas também a potência de produzir formas inventivas de cuidado em meio a contextos de vulnerabilidade, elaborando vínculos afetivos que escapam às definições tradicionais e ampliam as possibilidades do que se entende por família.

## 5 Conclusão

A análise das trajetórias de Marion, Fran e Amélia mostrou que o exercício da parentalidade, quando atravessado pela dissidência de gênero, evidencia a insuficiência do modelo cisheteronormativo como parâmetro explicativo e regulador. Essas experiências indicam que a norma, mesmo quando adotada por parentalidades cisgêneras e heteronormativas, não explica a complexidade material, relacional e subjetiva de qualquer prática de cuidado. O modelo binário de funções maternas e paternas, a centralidade da conjugalidade monogâmica e a suposta correspondência natural entre gênero, corpo e cuidado funcionam como dispositivos disciplinares, não como descrições fiéis da realidade.

As narrativas analisadas mostraram que não apenas parentalidades trans e não binárias são estruturadas por invenção e contingência, mas toda parentalidade. Negociações, improvisos e resistências sustentam vínculos em contextos de exclusão familiar, vulnerabilidade econômica e regimes institucionais precários. O cuidado não é a execução de um papel pré-definido, mas um processo situado, atravessado por escolhas estratégicas, alianças instáveis e reinvenções constantes.



Propõe-se o conceito de “parentalidade performativa”, inspirado na performatividade de gênero de Butler (2004), para descrever o caráter situado, reiterativo e inventivo da parentalidade. Esse conceito desloca a análise das essências e categorias fixas para as práticas que materializam o cuidado por meio de ações cotidianas, que podem tanto confirmar parcialmente quanto subverter normas de gênero e de parentesco. No caso das pessoas participantes deste estudo, essas práticas foram marcadas por vulnerabilidades estruturais – violência familiar, precariedade econômica e exclusão institucional – e por estratégias de sobrevivência que reconfiguraram o sentido do cuidado.

Essa formulação desloca a análise da oposição simplista entre “normativo” e “dissidente” para um campo em que toda parentalidade é, por definição, um exercício performativo – e, portanto, aberto a fissuras, desvios e invenções. Ao problematizar a universalidade do modelo normativo, a parentalidade performativa não apenas legitima formas historicamente marginalizadas de cuidado, mas também desestabiliza a crença de que a norma seja capaz de abarcar a pluralidade das experiências parentais.

Os resultados apontam para a necessidade de formação contínua de profissionais de saúde, especialmente na Psicologia, para atuar de forma sensível à diversidade de gênero e às particularidades das trajetórias parentais. É necessário fortalecer redes de apoio e criar políticas públicas que efetivamente reconheçam múltiplas configurações familiares e garantam acesso equitativo a recursos e direitos. Isso inclui ampliar o reconhecimento legal e desenvolver intervenções personalizadas, que considerem como cada pessoa constrói e nomeia seu lugar no cuidado.

Apesar da relevância dos achados, este estudo apresenta limitações que precisam ser consideradas. O número reduzido de participantes e a seleção por conveniência não permitem generalizações, mas apontam pistas importantes sobre as dinâmicas de parentalidade dissidente no Brasil. Além disso, o recorte metodológico transversal impossibilita acompanhar transformações no exercício da parentalidade ao longo do tempo. Pesquisas futuras poderiam ampliar o número de participantes, contemplar diferentes regiões do país e utilizar metodologias longitudinais ou etnográficas, aprofundando a compreensão sobre os efeitos das redes de apoio, das políticas públicas e das práticas institucionais na vida de pessoas trans e não binárias que exercem a parentalidade.

Por fim, a parentalidade performativa não é um novo ideal prescritivo, mas uma chave para compreender que toda parentalidade – cis ou trans, binária ou não binária – é situada, negociada e inacabada. Essa perspectiva recusa modelos rígidos e propõe reconhecer a multiplicidade de modos de fazer família. Ao se pensar com Butler (2015), é possível compreender a parentalidade



performativa, especialmente em meio à dissidência, como uma prática de aparecimento político: corpos que, na precariedade, se mostram no exercício do cuidado. Nas trajetórias de Marion, Fran e Amélia, o gesto de educar, proteger e sustentar vínculos com os filhos não se restringe ao âmbito privado, mas constitui uma forma de assembleia, na qual parentalidades dissidentes se tornam visíveis como legítimas, mesmo em contextos que buscam desautorizá-las. Esse aparecimento desloca a parentalidade de um espaço normativo de funções e papéis para um campo aberto de alianças e resistências, em que o cuidado é também um ato político de reivindicação de existência.

---

### Referências

ANGONESE, Mônica; LAGO, Mara Coelho de Souza. Direitos e saúde reprodutiva para a população de travestis e transexuais: abjeção e esterilidade simbólica. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 256-270, 2017.

BENEVIDES, Bruna G; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. *Dossiê assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, 2021.

BESSE, Margaret; LAMPE, Nik M.; MANN, Emily S. Experiences with Achieving Pregnancy and Giving Birth Among Transgender Men: A Narrative Literature Review. *The Yale Journal of Biology and Medicine*, v. 93, n. 4, p. 517-528, 2020.

BLANKENHEIM, Thaís; OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado; SILVA, Denise Regina Quaresma. Homoparentalidade: um diálogo com a produção acadêmica no Brasil. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 30, n. 2, p. 243-249, maio/ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Ofício circular n. 2/2021/CONEP/SECNS/MS*. Brasília, DF: Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde, 30 maio 2021. Assunto: Envio de Carta Circular nº 2/2021-CONEP/SECNS/MS.

BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 59, 15 ago. 2018.

BRAZELTON, T. Berry *et al.* Early Mother-Infant Reciprocity. In: PORTER, Ruth; O'CONNOR, Maeve (ed.). CIBA FOUNDATION SYMPOSIUM: PARENT-INFANT INTERACTION, 33., 1975, [Londres]. *Anais [...]*. [Londres]: Wiley, 1975. p. 137-154. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/9780470720158.ch9>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembléia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.





BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, [Campinas], n. 21, p. 219-260, 2003.

BUTLER, Judith. *Undoing gender*. Nova York: Routledge, 2004.

CHINAZZO, Ítala Raymundo *et al.* Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. *Ciência & Saúde Coletiva*, [Rio de Janeiro], v. 26, p. 5045–5056, out. 2021. Suplemento 3.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (Brasil). RESOLUÇÃO CFM nº 2.265/2019, de 9 de agosto de 2020. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 96, 9 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. (Brasil). *Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016*. Regulamenta pesquisas na área de Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 2016.

DUGGAN, Lisa. The New Homonormativity: The Sexual Politics of Neoliberalism. In: CASTRONOVO, Russ; NELSON, Dana D. (ed.). *Materializing Democracy*. Londres: Duke University Press, 2002. p. 175-194. Disponível em: <http://read.dukeupress.edu/books/book/733/chapter/134601/The-New-Homonormativity-The-Sexual-Politics-of>. Acesso em: 16 ago. 2025.

FAVERO, Sofia Ricardo; SOUZA, Fernanda Hermínia. (Des)patologizar é (des)diagnosticar? Inquietações sobre as disputas por autonomia no campo político. *Revista Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 11, p. 303-323, maio/out. 2019.

FISCHER, Olivia J. Non-binary reproduction: Stories of conception, pregnancy, and birth. *International Journal of Transgender Health*, v. 22, n. 1-2, p. 77-88, 2020.

GARGALLO, Francesca. O pensamento queer existe ou se manifesta de alguma maneira na América Latina? In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: Sexualidades no sul global*. Rio De Janeiro: Bazar do Tempo. p. 55-60, 2020.

GOLOMBOK, Susan. Parenting in new family forms. *Current Opinion in Psychology*, v. 15, p. 76-80, 2017.

HAFFORD-LETCHFIELD, Trish *et al.* What do we know about transgender parenting?: Findings from a systematic review. *Health & Social Care in the Community*, v. 27, n. 5, p. 1111–1125, 2019.

HALBERSTAM, Jack. *The queer art of failure*. Londres: Duke University Press, 2011.

JAMES, Sandy E. *et al.* *The Report of the 2015 U.S.: Transgender Survey*. Washington, DC: National Center for Transgender Equality, 2016.

MACHIN, Rosana. Homoparentalidade e adoção: (Re)afirmando seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, [Recife], v. 28, n. 2, p. 350-



359, 2016.

MOMBAÇA, Jota. *Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência!* Não vão nos matar agora. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021. (Coleção Encruzilhada).

OLIVEIRA, João Manuel de. *Desobediências de gênero*. Simões Filho, BA: Editora Devires, 2017.

OLIVEIRA, Julia Palmieri de; SPRUNG, Luiza Sviesk. Barreiras para o acesso à saúde pública da população trans no Brasil: uma revisão narrativa. *Femina*, São Paulo, v. 50, n. 9, p. 560-567, 2022.

PEREIRA, Danilo Martins Roque *et al.* Evidências científicas sobre experiências de homens transexuais grávidos. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 31, e20210347, p. 1-15, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2021-0347pt>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/kYDSDrrn6mK4mpyx85xWCBw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 jan. 2023.

PINHO, Ana R.; RODRIGUES, Liliana; NOGUEIRA, Conceição. (Des) Construção da parentalidade trans: Homens que engravidam. (Des) Construção da parentalidade trans: homens que engravidam. *Ex Aequo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, n. 41, p. 195-205, 2020. Disponível em: <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/homens-que-engravidam>. Acesso em: 25 jun. 2023.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan./abr. 2011.

RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality. In: PARKER, Richard; AGGLETON, Peter (ed.). *Culture, Society and Sexuality*. 2. ed. Nova York: Routledge, 2007. p. 143-178. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781134137732/chapters/10.4324/9780203966105-21>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SANTOS, Débora Emanuely Ribeiro dos *et al.* Barreiras ao acesso à saúde para pessoas transgênero na atenção primária. *Research, Society and Development*, v. 14, n. 6, e11214649104, p. 1-9, 2025.

SCHNEIDER, David. *A Critique of the Study of Kinship*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1984. Disponível em: <https://www.press.umich.edu/7203>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SINCLAIR-PALM, Julia; CHOKLY, Kit. ‘It’s a giant faux pas’: exploring young trans people’s beliefs about deadnaming and the term deadname. *Journal of LGBT Youth*, v. 20, n. 2, p. 370-389, 3 Apr. 2023.

SOUZA, Erica Renata. Papai é homem ou mulher? Questões sobre a parentalidade transgênero no Canadá e a homoparentalidade no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 56, n. 2, p. 397-430, 2013.

SOUZA, Larissa Beatriz Francisca *et al.* Assistência à saúde do homem transgênero durante o ciclo gravídico puerperal: Uma revisão integrativa. *Nursing Edição Brasileira*, v. 25, n. 292, p. 8566–8577, 2022.



SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Subaltern studies: deconstructing historiography. In: GUHA, Ranajit (ed.). *Subaltern Studies IV*. Delhi: Oxford University Press, p. 330-363, 1985.

STRYKER, Susan. Transgender History, Homonormativity, and Disciplinarity. *Radical History Review*, v. 2008, n. 100, p. 145–157, Jan. 2008.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 26, p. 123-147, jul./dez. 2006.

